



PARECER FINAL DE REGULARIDADE

PARA: Secretaria de Administração e Patrimônio

DE: Procuradoria de Controles Internos - PROCIN

DATA: 21 de julho de 2025

CARTA CONTRATO Nº : 011/2025-PMBB

PROCESSO ADM. Nº: 2025.0410.001/SEMAP

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: IL-005/2025-PMBB

ASSUNTO: Análise de Carta Contrato

PARTES: MUNICÍPIO DE BREU BRANCO – PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ 34.626.440/0001-70 e a Empresa OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES M E AGENCIAMENTOS DE VIAGENS – CNPJ 15.605.031/0001-43

I. RELATÓRIO

Recebemos para análise a Carta Contrato firmada com a empresa OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES M E AGENCIAMENTOS DE VIAGENS – CNPJ 15.605.031/0001-43, ratificada na INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: IL-005/2025-PMBB, cujo objeto é a Contratação da APRESENTAÇÃO de show artístico da cantora “DAMARES”, para realização de Show Musical para o evento Comemorações das Festividades aos 34º anos de emancipação Político-Administrativa do Município de Breu Branco, que acontecerá no dia 11 de dezembro de 2025, no município de Breu Branco, com o fundamento do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A presente análise foca na conformidade contratual com a legislação e os termos da licitação.

II. ANÁLISE:

O contrato foi analisado com base nos requisitos da Lei nº 14.133/2021, e da proposta da empresa. Verificamos os seguintes pontos essenciais:

Ponto de Controle	Análise de Conformidade	Observações
1. Conformidade com a Licitação		
1.1 Objeto do Contrato	O objeto descrito no contrato corresponde exatamente ao que foi solicitado na inexigibilidade de licitação ofertado pela empresa.	
1.2 Preço e Valor Global	O valor do contrato R\$ 200.000,00 está de acordo com o preço homologado, devidamente empenhado.	
1.3 Prazos de Execução e Vigência	Os prazos estabelecidos estão em consonância com o previsto na ratificação.	
2. Cláusulas Essenciais (Art. 92, Lei 14.133/2021)		
2.1 Partes e Fundamentação Legal	As partes : Município de Breu Branco – Prefeitura Municipal e a Empresa OFICINA DIGITAL PRODUÇÕES M E AGENCIAMENTOS DE VIAGENS, estão corretamente qualificadas e a base legal, lei foi citada.	
2.2 Dotação Orçamentária	O instrumento contratual indica a fonte de recursos orçamentários para cobrir a despesa.	
2.3 Condições de Pagamento	As regras para a prestação do serviço, ateste e prazo de pagamento estão claras e de acordo com a lei.	



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA DE CONTROLES INTERNOS - PROCIN

2.4 Obrigações das Partes	As responsabilidades do Município e, principalmente, da Contratada estão bem definidas.	
2.5 Sanções Administrativas	As penalidades por atraso ou inexecução contratual estão previstas.	
2.6 Garantia Contratual	A exigência de garantias está de acordo com o Edital.	
2.7 Fiscalização do Contrato	Fois previsto a designação de fiscal para o acompanhamento do contrato, neste caso a Sra. Eveline Christiane Caldas Cantão.	
3. Regularidade da Contratada		
3.1 Manutenção das Condições de Habilitação	Recomenda-se a consulta da regularidade fiscal e trabalhista da empresa antes da assinatura.	

III. RECOMENDAÇÕES / PONTOS DE ATENÇÃO

Com base na análise, este Controle Interno:

- Não identificou inconsistências ou cláusulas que desatendam às normas vigentes ou aos termos da licitação. Recomenda-se apenas a conferência final de todos os dados antes da coleta das assinaturas.
- Sugere que o fiscal a ser designado para este contrato receba cópia do processo e seja formalmente instruído sobre suas responsabilidades.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e sob o prisma estrito da análise documental em face do processo licitatório e da legislação aplicável, este Controle Interno manifesta-se: **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento dos atos para a assinatura do contrato, por entender que o mesmo está em conformidade. Podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas. Observando-se os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de publicação dos referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA

Este parecer tem caráter opinativo e de assessoramento, não substituindo a responsabilidade do gestor na análise e aprovação final do ato.

À consideração superior.

Breu Branco, PA, 21 de julho de 2025.

Dorivaldo Demétrio da Silva Junior
Coordenador de Controles Internos